

PROJETO DE LEI N.º 1.713, DE 2023

(Da Sra. Andreia Siqueira)

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, que "fixa a jornada de trabalho dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional", para fixar o piso salarial da categoria.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-988/2015.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

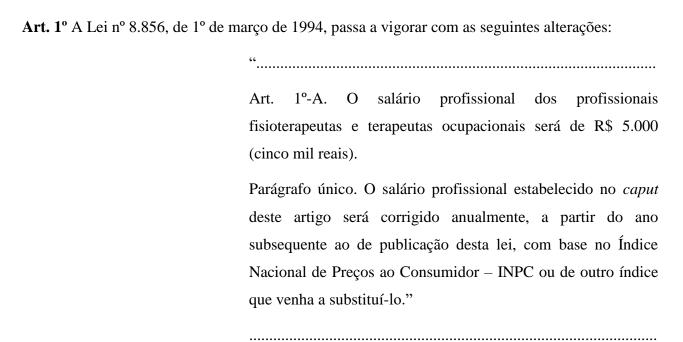
PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da Sra. ANDREIA SIQUEIRA)

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, que "fixa a jornada de trabalho dos profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional", para fixar o piso salarial da categoria.

O Congresso Nacional decreta:



Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 408, Brasília/DF, CEP 70.160.900 Fone: (61) 3215-5408 e-mail:dep.andreiasiqueira@camara.leg.br

Apresentamos o projeto de lei em epígrafe com o objetivo de garantir um patamar salarial mínimo aos profissionais responsáveis pela fisioterapia e pela terapia ocupacional, que prestam a tarefa imprescindível de diagnóstico e tratamento de situações que demandem recuperação de movimentos ou a assistência qualificada a pessoas que precisam de apoio para realizar atividades motoras, sensoriais ou cognitivas básicas.

O apoio desses profissionais da saúde pode diminuir consideravelmente o tempo de recuperação de pacientes, acelerando altas hospitalares, fator que contribuiu para diminuir a pressão sobre nosso sucateado sistema de saúde. Além disso, no âmbito extra hospitalar, tais profissionais colocaram para aumentar a qualidade de vida das pessoas de forma significativa.

Some-se a isso, o fato de que, não raras vezes, esses profissionais dão atendimento a pacientes especiais, que sofrem de paralisia cerebral, autismo, deficiência mental, física e sensorial, dentre outras ocorrências.

A correta remuneração do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional contribuirá para fortalecer a profissionalização dos serviços nas instituições de saúde públicas e privadas, cooperando também para a inovação de processos, produtos e serviços e para melhoria do atendimento à população.

A propósito, cabe destacar que a Constituição Federal dispõe que é direito dos trabalhadores ter um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade de seu trabalho (art. 7°, inciso V).

Ante o exposto, pedimos aos nobres Pares o apoio para a aprovação desta proposição legislativa, destacando nosso reconhecimento ao elevado valor social do trabalho dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

> Sala das Sessões, em de 2023. de

ANDREIA SIQUEIRA

Deputada Federal – MDB/PA

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 408, Brasília/DF, CEP 70.160.900 Fone: (61) 3215-5408 e-mail:dep.andreiasiqueira@camara.leg.br





LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI № 8.856, DE 1º DE MARÇO DE 1994.	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199403-01;8856
Art. 1-A	